



Diário Oficial

MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

Nº 893

Recife - Segunda-feira, 06 de dezembro de 2021

Eletrônico

PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

INSTRUÇÃO NORMATIVA PGJ Nº 03/2021

Recife, 3 de dezembro de 2021

Regulamenta a Gerência Executiva Ministerial de Apoio Técnico (GEMAT) e disciplina a atuação do corpo de analistas, técnicos ministeriais, servidores extraquadro especializados e profissionais autônomos/conveniados, no âmbito do Ministério Público do Estado de Pernambuco.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 12 de 27 de dezembro de 1994, com suas alterações;

CONSIDERANDO que os membros do Ministério Público do Estado de Pernambuco - MPPE, no desempenho de suas atribuições, necessitam de permanente apoio técnico especializado;

CONSIDERANDO que o apoio técnico especializado mostra-se indispensável para uma atuação ministerial eficaz;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação da Gerência Executiva Ministerial de Apoio Técnico - GEMAT, para o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis de gestão de técnicos e analistas ministeriais especializados, em consonância com a Lei nº 17.333/2021 e com os objetivos estratégicos institucionais;

CONSIDERANDO a necessidade de dar celeridade, qualidade e padronização à prestação dos serviços da GEMAT, quando no atendimento das requisições dos Órgãos de Execução e da Administração do MPPE que não possuem apoio técnico exclusivo;

RESOLVE:

Art. 1º A Gerência Executiva Ministerial de Apoio Técnico do Ministério Público do Estado de Pernambuco (GEMAT) - MPPE é Órgão Administrativo Auxiliar, de apoio técnico especializado aos Órgãos de Execução e da Administração do Ministério Público de Pernambuco, vinculado ao Núcleo de Articulação Interna e subordinado à Subprocuradoria-Geral de Justiça em Assuntos Institucionais.

Art. 2º Compete à Gerência Executiva Ministerial de Apoio Técnico, dentre outras previstas em lei:

I - emitir documentos técnicos e/ou outros elementos de informação e convencimento quanto a fatos ou documentos constantes de autos de processos, inquéritos e outros procedimentos;

II – realizar inspeção, vistoria e análise de expedientes para elaboração de documentos técnicos;

III - auxiliar os membros do Ministério Público na formulação de quesitos referentes às ações judiciais, após o recebimento de

minuta elaborada pelo solicitante;

IV - acompanhar os membros do Ministério Público em reuniões, audiências públicas ou judiciais e outras diligências externas;

V - participar de reuniões solicitadas pelos membros, por meio de prévio agendamento;

VI - estabelecer diretrizes técnicas de atuação padrão, em conjunto com o Núcleo de Articulação Interna e os Centros de Apoio Operacionais, a fim de orientar os membros do Ministério Público e evitar a necessidade de análises repetitivas;

VII – extrair infográficos e relatórios de atuação usando a base de dados de documentos produzidos;

VIII - gerir as atividades operacionais e administrativas de Apoio Técnico realizadas pelo corpo de analistas e técnicos especializados a ela subordinados;

IX - receber via SIM, ou outro instrumento que o substitua, as demandas oriundas dos Órgãos de Execução e Administração do MPPE que não possuem apoio técnico exclusivo nas áreas indicadas nesta normativa;

X - acompanhar e analisar os prazos de entrega dos trabalhos e estudos das expertises profissionais distribuídos aos analistas, técnicos e servidores extraquadro especializados a ela subordinados e profissionais autônomos/conveniados, observando os mecanismos necessários para o seu efetivo cumprimento;

XI - informar aos órgãos solicitantes sobre o andamento e as conclusões dos trabalhos técnicos desenvolvidos pelos servidores e a necessidade de prorrogação de prazo, mediante justificativa fundamentada;

XII - requisitar, mensalmente, relatório de atividades realizadas (inspeções, reuniões, participação em audiências, documentos técnicos produzidos, dentre outros);

XIII - realizar reuniões periódicas para discussão das necessidades do corpo técnico, com vistas a garantir o atendimento de excelência às demandas;

XIV - elaborar e alimentar planilha de acompanhamento das demandas recebidas, distribuídas e dos documentos produzidos e encaminhados;

XV - consolidar e remeter ao Núcleo de Articulação Interna relatório mensal, no qual deve constar o consolidado de demandas recebidas e documentos e ações produzidas pelos analistas e técnicos especializados, que lhe são subordinados;

XVI - acompanhar as requisições de deslocamentos dos servidores para realização de diligências externas;

XVII - supervisionar a requisição dos recursos materiais permanentes e de consumo necessários ao bom desenvolvimento das atividades da gerência;

XVIII - exercer outras atribuições compatíveis com a função.

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
Paulo Augusto de Freitas Oliveira

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:
Zulene Santana de Lima Norberto
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:
Valdir Barbosa Junior
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS JURÍDICOS:
Francisco Dirceu Barros

COORREGEDOR-GERAL
Paulo Roberto Lapenda Figueiroa

COORREGEDOR-GERAL SUBSTITUTO
Renato da Silva Filho

SECRETÁRIO-GERAL
Mavial de Souza Silva

CHEFE DE GABINETE
Vivianne Maria Freitas Melo Monteiro de
Menezes
COORDENADOR DE GABINETE
Maria Lizandra Lira de Carvalho

OUVIDORA
Selma Magda Pereira Barbosa Barreto

CONSELHO SUPERIOR

Paulo Augusto de Freitas Oliveira
(Presidente)
Paulo Roberto Lapenda Figueiroa
Christiane Roberta Gomes de Farias
Santos
Marco Aurélio Farias da Silva
Carlos Alberto Pereira Vitorio
Ricardo Van Der Linden de
Vasconcellos Coelho
Ricardo Lapenda Figueiroa
José Lopes de Oliveira Filho
Nelma Ramos Maciel Quaiotti

MP PE
Ministério Público de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio
CEP 50.010-240 - Recife / PE
E-mail: ascom@mppe.mp.br
Fone: 81 3182-7000

Art. 3º Compete aos analistas, técnicos e servidores extraquadro especializados subordinados à Gerência Executiva Ministerial de Apoio Técnico, conforme a esfera de conhecimento e a formação profissional, além das suas atribuições previstas em lei:

I – emitir pareceres técnicos ou esclarecimentos em laudos existentes em autos de processos, inquéritos e outros procedimentos, sempre que solicitados;

II – auxiliar os membros do Ministério Público na formulação de perguntas ou quesitos necessários em sua área de atribuição;

III – acompanhar os membros do Ministério Público em diligências externas, sempre que solicitados;

IV – manter relacionamento permanente com os institutos de perícia técnica oficiais da União, dos Estados e dos Municípios;

V – realizar vistorias externas com emissão de laudos, sempre que solicitados;

VI – atuar, especificamente, em sua área de formação profissional, participando de reuniões, seminários, audiências extrajudiciais e audiências públicas, quando convocados;

VII – encaminhar à GEMAT relatório mensal das atividades realizadas, no qual deve constar a origem do expediente, número de registro, natureza da demanda, data de distribuição e data de conclusão do trabalho, seu andamento atualizado em caso de não concluído e outras informações que julgar pertinentes;

VIII – exercer outras atividades compatíveis com a função e necessárias ao funcionamento do Apoio Técnico.

Parágrafo único. Os analistas, técnicos e servidores extraquadro especializados, ainda que lotados nos órgãos de execução, encontram-se subordinados tecnicamente à Gerência Executiva Ministerial de Apoio Técnico, para fins de orientação, distribuição e acompanhamento das demandas de apoio técnico.

Art. 4º. Será instituído Banco de Profissionais Autônomos para a realização de serviços de Apoio Técnico Especializado no âmbito do MPPE, com a finalidade de auxiliar os órgãos de execução nos procedimentos extrajudiciais, administrativos ou judiciais, cuja instrução dependa de conhecimento técnico e/ou científico em matéria diversa da área jurídica.

§1º. Os profissionais selecionados deverão atender os requisitos previamente fixados em edital de convocação.

§2º. Aos profissionais autônomos/conveniados caberão as atribuições previstas nos incisos I, III e V do artigo 3º, exceto nos procedimentos classificados como sigilosos, aplicando-se-lhe, no que couber, o previsto nesta normativa.

Art. 5º Os pedidos de apoio técnico deverão ser encaminhados à GEMAT, com as seguintes indicações, observando-se o formulário constante do anexo I da presente Instrução Normativa:

I - identificação do órgão de execução solicitante;

II - identificação do número dos autos do processo a que se refere a diligência;

III - descrição circunstanciada do objeto a ser alcançado;

IV - análises a serem executadas;

V - identificação do tipo de análise solicitada, a saber, Arquitetura, Engenharia Civil, Contabilidade, Nutrição, Psicologia, Serviço Social;

VI - em caso de prioridade de atendimento, a indicação das razões da excepcionalidade;

§1º. Os pedidos de apoio técnico serão instruídos com cópias ou originais dos documentos a serem analisados e/ou que subsidiem a solicitação de apoio ou, quando necessário, o respectivo procedimento.

§2º Havendo no processo estudos/posicionamento/informações/notas técnicas já realizados pela GEMAT ou por outra equipe/órgão, deverão ser especificados quais aspectos do caso em análise não foram respondidos pelos documentos existentes.

Art. 6º. Portaria do Procurador-Geral de Justiça estabelecerá métricas de análise documental e outros aspectos relacionados aos diversos temas, elaboradas pelo NAI em conjunto com a GEMAT, os Centros de Apoios Operacionais e outros órgão da administração do Ministério Público do Estado de Pernambuco, a fim de padronizar e orientar as atividades da equipe técnica.

Parágrafo único. As métricas de análise e orientação podem sofrer mudanças pertinentes em face de alterações na legislação ou outro ajuste que se mostrar necessário.

Art. 7º. A análise preliminar da solicitação deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias e, caso a solicitação não reúna as exigências do artigo anterior, ou o objeto do expediente não possa ser atendido pelos analistas, técnicos e servidores extraquadro especializados, caberá à GEMAT remetê-los ao NAI, que adotará as medidas administrativas pertinentes.

Parágrafo único. A impossibilidade de atendimento pelos analistas, técnicos e servidores extraquadro especializados autorizará a contratação de profissionais autônomos/conveniados, do banco de profissionais de que trata o art. 4º desta Instrução Normativa.

Art. 8º Preenchidas as exigências constantes do art. 5º, a GEMAT efetuará a distribuição equitativa dos expedientes e solicitações aos analistas, técnicos e servidores extraquadro especializados, obedecendo o critério cronológico de recebimento, salvo os casos de prioridade que serão analisados pelo Núcleo de Articulação Interna, mediante requerimento do(a) solicitante.

§ 1º. Excepcionalmente será permitido o direcionamento dos expedientes e/ou solicitações a servidor específico, previamente autorizado pelo NAI.

§ 2º. Os analistas, técnicos e servidores extraquadro especializados lotados nos órgãos de execução deverão, prioritariamente, analisar as demandas originárias dos mesmos, respeitada a ordem cronológica de distribuição.

Art. 9º As solicitações para participação dos servidores em audiências públicas, seminários, reuniões e eventos de interesse institucional inerentes a sua área de conhecimento, serão encaminhadas à GEMAT com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da realização do evento, para apreciação do pedido e adequação às demais atividades agendadas.

Parágrafo único. Na impossibilidade de participação do servidor no evento, motivado por outras atividades ou serviços, será informado ao solicitante sobre o não atendimento, com a devida justificativa.

Art. 10. As atividades externas serão realizadas preferencialmente no turno vespertino, visando a melhor

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
Paulo Augusto de Freitas Oliveira

SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:
Zulene Santana de Lima Norberto
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:
Valdir Barbosa Junior
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS JURÍDICOS:
Francisco Dirceu Barros

COORDENADOR-GERAL
Paulo Roberto Lapenda Figueiroa

COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO
Renato da Silva Filho

SECRETÁRIO-GERAL
Mavial de Souza Silva

CHEFE DE GABINETE
Vivianne Maria Freitas Melo Monteiro de Menezes
COORDENADOR DE GABINETE
Maria Lizandra Lira de Carvalho

OUVIDORA
Selma Magda Pereira Barbosa Barreto

CONSELHO SUPERIOR

Paulo Augusto de Freitas Oliveira
(Presidente)
Paulo Roberto Lapenda Figueiroa
Christiane Roberta Gomes de Farias Santos
Marco Aurélio Farias da Silva
Carlos Alberto Pereira Vitorio
Ricardo Van Der Linden de Vasconcellos Coelho
Ricardo Lapenda Figueiroa
José Lopes de Oliveira Filho
Nelma Ramos Maciel Quaiotti

MP PE
Ministério Público de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio
CEP 50.010-240 - Recife / PE
E-mail: ascom@mppe.mp.br
Fone: 81 3182-7000

eficiência e celeridade dos trabalhos.

Art. 11. Os servidores e profissionais autônomos em diligência farão uso de veículo oficial e de motorista devidamente qualificado para a operação.

Art. 12. Todos os analistas, técnicos ministeriais e servidores extraquadro especializados, mediante necessidade do serviço, realizarão inspeções em outras localidades fora da sua lotação.

Art. 13. A ordem de prioridade de atendimento obedecerá aos seguintes critérios, no que couber:

I - atos investigatórios com prazos judiciais, risco de prescrição ou de decadência, mediante despacho fundamentado do órgão solicitante;

II - atos investigatórios com regime de urgência, devidamente justificados.

Parágrafo único. Consideram-se hipóteses em caráter de urgência/prioridade, dentre outras previstas em Lei, a repercussão social e jurídica, os riscos à saúde, à integridade física da população ou à prevenção do dano.

Art. 14. Em caso de impossibilidade de apresentação de resposta a quesito formulado pelo solicitante, o técnico, analista ministerial ou servidor extraquadro especializado informará o motivo, seja por falta de dados técnicos, habilitação específica e/ou outro motivo relevante, de forma a permitir ao membro formular outra quesitação, suprimindo a inadequação anotada, sem a necessidade de obediência à ordem cronológica do novo pedido.

Art. 15. Na hipótese de vistoria em objetos cujo número ultrapasse 10 (dez) unidades e existindo a possibilidade, poderá o exame técnico ser realizado por amostragem, segundo critérios e orientações técnicas.

Art. 16. Os casos omissos serão dirimidos pelo Procurador Geral de Justiça

Art. 17. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência. Cumpra-se.

PAULO AUGUSTO DE FREITAS OLIVEIRA
Procurador Geral de Justiça

PORTARIA POR-PGJ Nº 3.244/2021

Recife, 3 de dezembro de 2021

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a publicação da escala de Plantão da Infância e Juventude da Capital, por meio da Portaria PGJ Nº 3.184/2021;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade e conveniência do serviço;

RESOLVE:

Modificar o teor da Portaria POR-PGJ n.º 3.184/2021, do dia 26.11.2021, publicada no DOE do dia 29.11.2021, conforme anexo desta Portaria,

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

PAULO AUGUSTO DE FREITAS OLIVEIRA
Procurador Geral de Justiça

PORTARIA POR-PGJ Nº 3.245/2021

Recife, 3 de dezembro de 2021

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a publicação da escala de Plantão Geral de Membros, por meio da Portaria PGJ Nº 3.245/2021;

CONSIDERANDO a solicitação da 1ª Circunscrição Ministerial, com sede em Salgueiro - PE, para alterar a escala de plantão;

CONSIDERANDO a solicitação da 10ª Circunscrição Ministerial, com sede em Nazaré da Mata - PE, para alterar a escala de plantão;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade e conveniência do serviço;

RESOLVE:

Modificar o teor da Portaria POR-PGJ n.º 3.245/2021 de 26.10.2021, publicada no DOE do dia 27.10.2021, conforme anexo desta Portaria.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

PAULO AUGUSTO DE FREITAS OLIVEIRA
Procurador Geral de Justiça

PORTARIA POR-PGJ Nº 3.246/2021

Recife, 3 de dezembro de 2021

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO os termos do Processo Sei nº 19.20.0222.0017123/2021-79;

CONSIDERANDO, ainda, a necessidade e a conveniência do serviço.

RESOLVE:

I – FAZER RETORNAR, MACIEL JOSÉ DE LIMA, servidor extraquadro, matrícula nº 189.901-5, à Secretaria de Defesa Social/Polícia Militar de Pernambuco;

II – Esta Portaria retroagirá ao dia 25/10/2021.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

PAULO AUGUSTO DE FREITAS OLIVEIRA
Procurador Geral de Justiça

PORTARIA POR-PGJ Nº 3.247/2021

Recife, 3 de dezembro de 2021

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições, em especial o que dispõe o art. 6º da Instrução Normativa PGJ Nº 03/2021, que regulamenta a Gerência Executiva Ministerial de Apoio Técnico (GEMAT) e disciplina a atuação do corpo de analistas, técnicos ministeriais, servidores extraquadro especializados e profissionais autônomos/conveniados, no âmbito do Ministério Público de Pernambuco;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar e orientar as atividades da Gerência Executiva Ministerial de Apoio Técnico, visando otimizar as demandas institucionais;

CONSIDERANDO as métricas de análise documental e outros aspectos relacionados à área de serviço social e psicologia, elaboradas pelo NAI em conjunto com a GEMAT, os Centros de Apoio Operacional e outros órgão da administração do Ministério Público do Estado de Pernambuco;

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
Paulo Augusto de Freitas Oliveira

SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS:
Zulene Santana de Lima Norberto
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:
Valdir Barbosa Junior
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS JURÍDICOS:
Francisco Dirceu Barros

COORDENADOR-GERAL
Paulo Roberto Lapenda Figueiroa

COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO
Renato da Silva Filho

SECRETÁRIO-GERAL:
Mavial de Souza Silva

CHEFE DE GABINETE
Vivianne Maria Freitas Melo Monteiro de
Menezes
COORDENADOR DE GABINETE
Maria Lizandra Lira de Carvalho

OUVIDORA
Selma Magda Pereira Barbosa Barreto

CONSELHO SUPERIOR

Paulo Augusto de Freitas Oliveira
(Presidente)
Paulo Roberto Lapenda Figueiroa
Christiane Roberta Gomes de Farias
Santos
Marco Aurélio Farias da Silva
Carlos Alberto Pereira Vitorio
Ricardo Van Der Linden de
Vasconcellos Coelho
Ricardo Lapenda Figueiroa
José Lopes de Oliveira Filho
Nelma Ramos Maciel Quaiotti

MP PE
Ministério Público de Pernambuco

Roberto Lyra - Edifício Sede
Rua Imperador Dom Pedro II, 473 - Sto Antonio
CEP 50.010-240 - Recife / PE
E-mail: ascom@mppe.mp.br
Fone: 81 3182-7000